

João Medina

O Pelicano e a Seara

A REVISTA HOMENS LIVRES

Texto Integral



Edições ANTÓNIO RAMOS

Shi

O Pelicano e a Seara

colecção ARQUIVOS DE SEMPRE

João Medina

O Pelicano e a Seara

DO AUTOR:

Épica de Quirós e o seu tempo (Lisboa, 1972)
Épica de Quirós e o Anarquismo (Paris, 1972)
Épica Política (Lisboa, 1974) e catástrofe
Épica e Espuma (Paris, 1974) anotação
Novas Aventuras de Gulliver (com ilustrações de Lami, Lisboa, 1974)
Portugal Reencontrado (Lisboa, 1975)
A Orelha de Van Gogh (Lisboa, 1976)
Salazar em França (Lisboa, 1977)
Herculano e a Geração de 70 (Lisboa, 1977)
A Ilha Está Cheia de Vozes (Lisboa, 1978)

Préface:

José Relvas, Memórias Políticas — I (Lisboa, 1977)
A. Campos Matos, Imagens do Portugal quetoziano (Lisboa, 1977)

A sair:



Salazar e os Fascistas (no prelo)
Os Primeiros Fascistas Portugueses
colecção ARQUIVOS DE SEMPRE

DO AUTOR:

- Eça de Queiroz e o Seu Tempo* (Lisboa, 1972)
Eça de Queiroz e o Anarquismo (Paris, 1972)
Eça Político (Lisboa, 1974)
Eça e a Espanha (Paris, 1974)
Novas Aventuras de Gulliver (com ilustrações de Lami, Lisboa, 1974)
Portugal Reencontrado (Lisboa, 1975)
A Orelha de Van Gogh (Lisboa, 1976)
Salazar em França (Lisboa, 1977)
Herculano e a Geração de 70 (Lisboa, 1977)
A Ilha Está Cheia de Vozes (Lisboa, 1978)

Prefácios:

- José Relvas, *Memórias Políticas — I* (Lisboa, 1977)
A. Campos Matos, *Imagens do Portugal queirosiano* (Lisboa, 1977)

A sair:

- Salazar e os Fascistas* (no prelo)
Os Primeiros Fascistas Portugueses
Monólogos Provençais

João Medina

O Pelicano e a Seara

Integralistas e Seareiros
juntos na Revista HOMENS LIVRES



Edições António Ramos / Lisboa

João Medina

O Pelicano

DO AUTOR:

Época de Quixote e o Seu Tempo (Lisboa, 1972)

Época de Quixote e o Anarquismo (Paris, 1972)

Época Política (Lisboa, 1972)

Intelectuais e Seguros (Lisboa, 1972)

Novas Aventuras de Quixote (com ilustrações de João Medina, Lisboa, 1974)

Portugal Reconstruído (Lisboa, 1975)

A Orelha de Van Gogh (Lisboa, 1976)

Salazar em França (Lisboa, 1977)

Hércules e a Coração de 70 (Lisboa, 1977)

A Ilha Redonda das Vozes (Lisboa, 1978)

© João Medina e Edições A. Ramos, Lda., 1978

Rua Padre Luís Aparício, 9, 1.º-F — Lisboa 1

Capa de José Cândido

Revisão de Carlos Lacerda

Composto e impresso na Sociedade Tipográfica, Lda.

Rua de D. Estefânia, 195-A — Lisboa 1

Acabado de imprimir em Novembro de 1978

Distribuição exclusiva:

Centro do Livro Brasileiro, Lisboa/Porto

«Eu sou livre! Para os meus amigos:
Nem força contra ei Carlos Ferrão,
Que um tirano eu fui Luís Amaro
Triunfarei, que e Jacinto Baptista
E diante dele armado.
Sou livre! será meu brado
Tê no momento final.»

Soares de Passos (1826-1880)

Para os meus amigos:
Carlos Ferrão,
Luis Amaro
e Jacinto Baptista

© João Mendes e Filipe de Sousa, Lda., 1978
Rua Pedro Luis Aguiar, 9, 2.º-2.º — Lisboa I

Capa de José Clemente

Revisão de Carlos Lourenço

Compostos e impressos no Atelier Tipográfico João
de M. Baptista, 1978 — Lisboa I

Análise de linguagem por António de 1978

Diagramação preliminar

Centro de Livro Estudante, Lisboa (1978)

O PELICANO E A SEARA

a revista «Homens Livres»

Introdução

por João Martins

*«Eu sou livre! eis a minha crença,
Nem força contra ela val’.
Que um tirano enfim me vença:
Triunfarei, que algemado
E diante dele arrastado,
Sou livre! será meu brado
Té ao momento final.»*

Soares de Passos (1826-1860)

«En son livre! eis a minha crença.
Nem força contra ela val.
Que um tirano enfim me vença:
Triunfarei, que algemado,
E diante dele arrastado,
Son livre! sard meu brado
Té ao momento final.»

Sorres de Passos (1826-1860)

O PELICANO E A SEARA

a revista «Homens Livres»

Introdução

por João Medina

A constituição, em 1923, do grupo *Homens Livres* reunindo monárquicos do Integralismo Lusitano e republicanos da *Seara Nova* constitui uma das maiores surpresas dos meandros ideológicos e políticos da I República. Em tudo opostos, os integralistas fiéis ao neomiguelismo e os seareiros de feição socializante, tinham porém um denominador comum: a idêntica recusa do *statu quo* institucional, o repúdio pelo demo-liberalismo, a recusa dum regime de balbúrdia, «plutocracia» e ineficácia governativa. E esse ponto de encontro de dois adversários políticos figadais seria bastante para congraçar em torno duma revista, aliás efémera — durou só dois números! — um punhado de antagonistas que tentaram a impossível aventura de fazer coexistir num círculo de relações intelectuais e nas páginas duma publicação a água e o fogo, o branco e o vermelho, o ódio monárquico à República e a antipatia socialista pelo descabro crónico que durava desde 1910.

O paradoxo da existência de tal grupo, tão heterogêneo e até intestinamente antagónico, foi comentado por um integralista que teve posições cimeiras no Estado, nestes termos: «... embora discutindo infinitamente (...), era com os seareiros que os integra-

listas ainda mais se entendiam. E naquela altura, uns e outros se encontravam na crítica ao que estava.» (1). Quem isto escrevia, já depois do 25 de Abril, fora antigo colaborador da *Ordem Nova*, que se publicara de 1926 a 1927, revista claramente integralista e confessadamente «antimoderna, antiliberal, antidemocrática, antiburguesa e antibolchevista, contra-revolucionária, católica, apostólica e romana; monárquica, intolerante e intransigente ...» (n.º 1, Março de 1926). Não era porém com tão verde facciosismo e juvenil intolerância que se exprimiam todos os correligionários do futuro primeiro-ministro português — e a mera existência do grupo e da revista *Homens Livres* o atesta suficientemente.

A origem do grupo remonta no ano de 1923, radiando-se no chamado «grupo da Biblioteca» que todas as tardes se reunia na Biblioteca Nacional, ora no gabinete de Jaime Cortesão, ora na sala «Fialho de Almeida», onde costumava trabalhar António Sérgio. Desse punhado de intelectuais e artistas faziam parte José de Figueiredo, Reinaldo dos Santos, António Arroio, Gualdino Gomes, Raul Proença, Raul Brandão, Francisco Lacerda, Vieira de Campos, Aquilino Ribeiro, Castelo Branco Chaves, etc. Em suma, homens vindos da antiga *Águia*, da revista *Lusitânia*, d'A *Monarquia*, da revista *Integralismo Lusitano* ou da *Seara Nova* (criada em 1921) (2).

Estava-se em 1923. Os acontecimentos de Monsanto e da revolta do Porto (1919) não iam longe, assim como se não desvanecera das memórias os crimes cometidos durante a noite sangrenta de Outubro de 1921, quando um «comando» de direita, aproveitando-se da revolução radical, executou algumas das figuras mais ilustres ligadas à implantação do regime republicano. E poucos anos faltavam já para que duas novas conjuras, a se-

gunda das quais fatal, se formariam uma vez mais para decapitar a República: a do 18 de Abril de 1925 e a do 28 de Maio do ano seguinte. Escorraçado de Portugal durante o sidonismo, Afonso Costa fixara-se de vez em Paris, donde só vinha à Pátria uma vez por outra, entre os apupos coléricos de muitos e os aplausos fanáticos de outros ⁽³⁾. Pouco tempo antes de sair o primeiro número da revista *Homens Livres*, Raul Proença ocupava-se precisamente de Costa, escrevendo sobre o exilado chefe do Partido Democrático palavras a um tempo justas e proféticas. Falava-se nessa altura do seu possível regresso à governação, facto que a ascensão de Teixeira Gomes à chefia do Estado por algum tempo deixou supor. Depois de observar as faculdades de Afonso Costa, aponta Raul Proença os seus «defeitos graves» e os «malefícios» que para o País resultaram da sua política. E acrescenta: «A Afonso Costa faltou sempre a visão arquitectónica, a capacidade das ideias construtivas e a compreensão dum plano de conjunto. De visão rápida (...), revelou-se, porém, sempre como um espírito unilateral, não vendo as coisas em globo e não apreendendo os seus nexos necessários. Nunca concebeu, por isso, a política nacional como um sistema de soluções independentes. Nunca a ideia duma reforma completa na estrutura mental e económica do País preocupou o seu espírito.» E mais adiante: «Afonso Costa, erguido nos escudos de todas as esperanças nacionais, mas sem visão política, e rodeado de uma centena de imbecis e de incompetentes, falhou a essas esperanças, soçobrou irremediavelmente e teve uma queda desairosa e estrepitosa. Vieram depois o sidonismo, Monsanto, os governos-relâmpagos e as camionetas-fantasmas e, finalmente, o sr. António Maria da Silva.» ⁽⁴⁾. O profetismo está, como se adivinha, na referência ao nome do último primeiro-ministro da República, precisamente aquele

que as durindanas de Braga haviam de expulsar do poder, instalando ali a Ditadura, que por seu turno haveria de parturejar Salazar. Apesar da eleição de Teixeira Gomes à Presidência, em 6 de Agosto de 1923, Afonso Costa acabou por desistir de formar Governo, voltando uma vez mais para o seu exílio doirado em Paris.

Era pois nesse contexto de falsas esperanças e de grandes desânimos que um grupo de intelectuais e artistas de quadrantes antagónicos, embora hostis aos mesmos homens, em particular ao fatal Afonso Costa, se reúne na Biblioteca Nacional e pensa lançar uma revista inabitual.

No decorrer das conversas dos homens que se reuniam na velha Biblioteca Nacional preconizava-se com insistência a necessidade de empreender uma acção renovadora do País, dando tréguas às escaramuças partidárias e acabando com as guerras parlamentares, optando antes por uma dinâmica em que todos os patriotas sinceros, ainda que situados em lugares adversos nas barricadas ideológicas, recusassem tanto a baixa política como o Bezerro de Ouro da oligarquia, trabalhando juntos para pôr cobro ao descalabro sistemático da vida portuguesa. Pretendia-se um plano de salvação pública, uma acção nacional capaz de promover realmente a melhoria da administração e as reformas que se impunham para evitar o advento duma ditadura de tipo fascista, cujo apelo já se fazia sentir entre nós com iniciativas do género da Cruzada Nun'Álvares, perigo que o mesmo Raul Proença, o ideólogo mais aguerridamente político da *Seara Nova*, não se cansava de denunciar na revista. A iminência do retorno de Afonso Costa ao Governo não podia, além de mais, deixar de aproximar a direita integralista e a esquerda seareira: ambos tinham o célebre «Ligório» — como lhe

chamavam os inimigos figadais — na conta de um homem funestíssimo e porventura corrupto, suspeita que o caso dos 50 milhões de dólares viera adensar. «Estará (Afonso Costa) disposto a rodear-se dos melhores, enfrentar as oligarquias, exigir os sacrifícios necessários às classes conservadoras, fazer trabalhar os madraços, reduzir o exército — enfim, a *governar*, no amplo e inteiro sentido da palavra?» — perguntava Proença no mesmo artigo acerca de Afonso Costa, cujo regresso se julgava certo. A resposta era mais do que óbvia e tanto integralistas como seareiros sabiam de experiência certa que Costa nunca seria o homem capaz de *governar* no tal amplo e inteiro sentido da palavra. O homem que em 1902 agredira Sampaio Bruno e que em Junho de 1914 desafiara para um duelo o impoluto António José de Almeida, embora sabendo de antemão que este, por ser defensor dos tribunais de honra, não aceitaria tal desafio, o «racha-sindicalistas», o advogado da Companhia dos Fósforos durante a Monarquia e o advogado do Banco Nacional Ultramarino e da Diamang durante a República, não era, não podia ser, o Messias democrata dum regime a caminho do abismo. Sabiam-no os seareiros, sabiam-no igualmente os integralistas, seus implacáveis inimigos políticos. O facto de estas duas forças ideológicas se unirem em 1923 perde destarte o seu ar de paradoxo e, inserida no contexto das lutas internas do tempo, torna-se até lógica.

A constituição do grupo *Homens Livres* foi-nos contada por um dos membros da referida parceria, o crítico e ensaísta Castelo Branco Chaves (5). É sobretudo com base num depoimento escrito que teve a gentileza de nos comunicar que iremos narrar a curta vida da revista e do grupo *Homens Livres*, intercalando no relato um ou outro depoimento de outros protagonistas do caso. Sérgio pediu um dia a Castelo Branco Chaves para

colaborar num roda-pé do *Pátria* (°), de companhia com outros homens de espírito verdadeiramente crítico que comentassem a vida nacional com competência e isenção política. Castelo Branco Chaves aceitou o convite. Alguns dias depois, recebia um bilhete, com o timbre do jornal de Nuno Simões, onde Sérgio lhe pedia que o fosse ver à Biblioteca Nacional. Transcrevemos o *diário* de C. B. Chaves:

«Cheguei à hora marcada. António Sérgio disse-me que em vez do roda-pé no jornal, se estava pensando na publicação de uma folha para o que todos nos quotizaríamos. Resolvera-se esta modalidade entre ele, Afonso Lopes Vieira, Raul Proença, Jaime Cortesão e Reinaldo dos Santos. Os propósitos são agora mais amplos. Chegaram mais tarde o Vieira de Campos e o Augusto da Costa. Sérgio expôs o programa com o qual concordámos. Vieira de Campos manifestou-se céptico acerca dos resultados.»

Assim nascia, na Biblioteca Nacional, daquela convivência de antagonistas ideológicos, a ideia duma revista independente, o que se viria a traduzir, em Dezembro desse ano, pelo aparecimento do primeiro número de *Homens Livres*. Outro escritor associado ao caso, Aquilino Ribeiro, evoca, a propósito do seu amigo Lopes Vieira — antigo simpatizante do anarquismo e tradutor de Kropotkine —, a criação desse grupo:

«Foi um período de sagrado labor para Afonso Lopes Vieira esse que vai de 1922 a 1927. A falange da Biblioteca Nacional, a que ele virtualmente pertencia, havendo sido um dos promotores dos *Homens Livres*, grupo que se propunha, se não regenerar a pátria de duas palhetadas, ir deitando no caldeirão da vida pública — sem que isso envolvesse a mínima tentativa de escalar o poder — o tempero do bom senso e da espiritualidade,

havia perdido a coesão. Cada um rufava o tambor para seu lado.» (7).

Aliciados por Sérgio e Lopes Vieira (8), outras figuras se juntaram ao grupo e participaram na ideia da criação duma revista. António Sardinha, que já então descreia da possibilidade de restaurar a Monarquia, aceitou o projecto com entusiasmo. Pequito Rebelo, intratável integralista, verdadeiro mineral de dogmatismo, recusou-se a colaborar. O seu nome figurou todavia no cabeçalho dos dois números de *Homens Livres*. Note-se que o mesmo aconteceu com o nome de Hipólito Raposo, que esteve no cabeçalho do n.º 1, embora nunca nele tivesse colaborado. Hipólito Raposo, cunhado de Pequito, deu um apoio reticente, que ele mesmo conta no primeiro tomo das suas memórias:

«Quando regresssei de Angola, a imoralidade e os vícios do regime republicano haviam progredido escandalosamente, o que sempre me parecera impossível.

De todos os lados provinham manifestações de reacção, e nelas tomavam parte os integralistas, falando, escrevendo e conspirando.

Muitos portugueses, sempre exaltados em invectivas e protestos, poderiam não saber o que queriam, mas sabiam o que não deviam querer, para honra e proveito da Nação.

Como índice do estado de espírito geral, na repulsa à desordem parlamentar e administrativa, constituía-se pelos fins de 1923, o grupo dos *HOMENS LIVRES*, *Livres da Finança e dos Partidos*, em que, segundo a expressão de António Sardinha, se reuniam *criaturas providas dos mais diversos sectores do pensamento humano ...*

Não chegou a efectivar-se a minha adesão a este grupo, por me ter sido recusada a publicação de um artigo intitulado *Nos liberi sumus*, em que abertamente

combatia a personalidade política e moral do presidente da República, Manuel Teixeira Gomes. Vendo que em tal reduto não se reconhecia a todos o pleno direito de ser livre, desde logo me desinteressei do intento que, sob aliciente rótulo, congregava tantos e tão ilustres portugueses.

Por alturas do Natal desse ano, dois dos *Homens Livres* aceitaram o convite para fazer parte de um ministério de políticos desacreditados, daqueles que o grupo inicialmente se destinara a combater ...

Alheio, como estava, aos sucessores desta união de inteligências e de vontades, nunca soube se o grupo se desfez pela estranheza da entrada no Governo destes dois componentes seus, ou se para tão inesperado fim já imperaram quaisquer outras razões anteriores.

Não é da minha atribuição investigar esse obscuro facto da vida do luzido e efémero agrupamento.»⁽⁹⁾.

A 1 de Dezembro de 1923 era posto à venda o primeiro número da revista *Homens Livres*. Apareciam no seu cabeçalho os nomes dos seguintes seareiros e integralistas, de mistura com outras figuras de posições ideológicas diversas: Afonso Lopes Vieira, Agostinho de Campos, António Arroio, António Sardinha, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Artur Castilho, Augusto Casimiro, Augusto da Costa, Aurélio Quintanilha, Bourbon e Meneses, Câmara Reis, Carlos Malheiro Dias, Carlos Selvagem, Castelo Branco Chaves, Celestino da Costa, Ezequiel de Campos, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, Gualdino Gomes, Hipólito Raposo, Jaime Cortesão, José de Figueiredo, Manuel da Silva Gaio, Mark Athias, Pequito Rebelo, Raul Brandão, Raul Lino, Raul Proença, Reis Machado, Francisco Lacerda, Reinaldo dos Santos, Sarmento Pimentel, Simões Raposo, Vieira de Almeida, Vieira de Campos⁽¹⁰⁾. A revista, publicada

em Lisboa, tinha 16 páginas de formato 29,5cm × 19,5cm e trazia como subtítulo:

«Livres da Finança & dos Partidos», seguido da citação de Camões: «Livres e seguros.»

O segundo número, com idêntico número de páginas, saiu a 12 de Dezembro — e seria o último desta tão efémera revista. No segundo número voltam a figurar os mesmos colaboradores, com excepção de Hipólito Raposo e aparecem alguns nomes novos: o major Francisco Aragão, António Alves Martins, Bettencourt Rodrigues, Jaime de Magalhães Lima, Justino de Montalvão, Quirino de Jesus e Paulo Merêa. No primeiro número, no editorial, António Sérgio explicava o paradoxo de se juntarem na mesma publicação antagonistas político-ideológicos: a grande divisória, explicava este antigo monárquico que se expatriara para o Brasil depois do triunfo do 5 de Outubro, não estava entre «direitas» e «esquerdas» mas sim entre uma «política nova» e uma «política velha», entre «mortos» e «vivos», entre homens do século XIX e homens do século XX. E observava: «Olhai um *direitista novo*: está infinitamente mais perto de um *novo* esquerdista do que de um homem das *direitas à velha* moda; e reciprocamente, um *novo* esquerdista irmana infinitamente melhor com um *direitista novo* que com um esquerdista de tipo *velho*.» Ilusão que o 28 de Maio havia de desfazer ... E terminava, depois de citar Goethe, com dois versos de Heredia:

*Et sur ces sommets clairs, où le silence vibre,
Dans l'air inviolable, immense et pur, jeté,
— Je crois entendre encor le cri de l'homme libre!*

Mas as realidades estariam muito pouco de acordo com estes imaculados, sadios e palingenésicos desíg-

nios de integralistas e seareiros coabitando na mesma barricada antipolítica *velha*, contra os Afonsos Costa e outros vendilhões do templo onde tanto Sardinha como Sérgio, tanto Lopes Vieira como Cortesão, queriam ver instalados homens novos, homens livres, sobretudo *livres da Finança & dos Partidos*.

Antes mesmo do aparecimento do segundo número, o movimento começara todavia a tomar vulto. Dois militares de prestígio, Francisco Aragão e Ribeiro de Carvalho ⁽¹¹⁾, ligaram-se ao grupo, embora o último receasse que a componente integralista dos *Homens Livres* lhes fizesse correr o risco de caírem num novo «sidonismo» (é Castelo Branco Chaves que evoca este detalhe).

A intenção política superior do grupo estava numa espécie de recurso a uma ditadura de salvação nacional, regime com a duração meramente limitada à necessária promulgação de reformas e medidas inadiáveis. Nesse sentido se reuniram os «Homens Livres» no jornal *A Monarquia*, estando ali presentes, além de diversas figuras secundárias, António Sérgio, Lopes Vieira, Hipólito Raposo, Pequito Rebelo, Afonso Lucas. Não se chegou todavia a qualquer acordo. Entretanto — é sempre Castelo Branco Chaves que nos informa sobre estes meandros —, Jaime Cortesão, seareiro que estivera ligado ao Partido Democrático, procurou Norton de Matos, convidando-o a chefiar o movimento. O militar não aceitou mas também não se recusou, limitando-se a afirmar que só daria a sua anuência na hipótese de lhe ser confiado o mando. Apesar do malogro das negociações com os integralistas da Junta Central do Integralismo Lusitano, António Sardinha, o S. João das hostes do Pelicano — e que viria a falecer menos de dois anos depois — manteve a sua disposição colaborante em relação ao projecto da folha integralo-seareira.

Veio então o evento que fez gorar qualquer perspectiva de continuação do programa gizado por homens de quadrantes tão antagónicos: a formação do governo Álvaro de Castro, no qual, contra sua reiterada promessa, os seareiros aceitaram participar.

Em Março de 1923, no seu manifesto, a *Seara Nova* preconizava a criação duma «União cívica» e reiterava o seu projecto inicial de intervir activamente na vida política, mas à margem das querelas partidárias e sem se transformar em partido. Esta posição, reafirmada conjuntamente com os integralistas nas páginas de *Homens Livres*, implicava assim uma abstenção rigorosa quanto a participações em ministérios. No primeiro de Dezembro de 1923 saía pois o primeiro dos dois únicos números da revista *Homens Livres*, e em 12 desse mês surgia o derradeiro número. Alguns dias depois, a 18 de Dezembro, constituía-se um gabinete sob a presidência de Álvaro de Castro, um dos célebres «jovens turcos» da República triunfante⁽¹²⁾. Para esse governo compósito foram chamados dois seareiros, Sérgio e Azevedo Gomes, tendo sido confiada mais uma pasta, a da Guerra, a um elemento afecto à *Seara*, o major Ribeiro de Carvalho. A entrada de António Sérgio para a pasta da Instrução deu-se à última hora, uma vez que a figura inicialmente convidada fora Jaime Cortesão. Empossado a 18 de Dezembro de 1923 como Ministro da Instrução Pública, Sérgio demitir-se-ia cerca de dois meses depois, em 28 de Fevereiro de 1924, sucedendo-lhe Helder Ribeiro nesse cargo. Desse gabinete, que durou só até Julho de 1924, fizeram ainda parte Sá Cardoso (Interior), José Domingues dos Santos (Justiça), Álvaro de Castro (acumulando a pasta das Finanças), Ribeiro de Carvalho (Guerra), Américo Correia de Azevedo (substituindo Ribeiro de Carvalho na Guerra, que se demitira, como Sérgio, em Fevereiro de

1924), Leite Pereira (Estrangeiros), Nuno Simões (Comércio e Comunicações), Ferreira da Fonseca (interino na Agricultura, cedendo depois o lugar a Mário de Azevedo Gomes, empossado a 24 de Dezembro de 1923), etc. Em Julho de 1924, como se disse, caía o ministério e era empossado o gabinete presidido por Alfredo Rodrigues Gaspar. Entretanto já tinham deixado o ministério Alvaro de Castro os seareiros ali presentes, — Sérgio e Azevedo Gomes em 28 de Fevereiro de 1924, Ribeiro de Carvalho desde 26 desse mesmo mês. Assim terminava, sem brilho nem utilidade, a curtíssima passagem dos seareiros pelo Poder. Como Ministro, Sérgio deixou ainda elaborado o decreto orgânico da Junta Propulsora dos Estudos, a que o Parlamento recusou a votação favorável, facto que determinou a resignação do ilustre pedagogo e ensaísta transviado nas alamedas e atalhos da Governação pública ... Ficou porém, dessa minúscula ocupação duma poltrona ministerial, a criação do Instituto Português de Oncologia. Por seu turno, Ribeiro de Carvalho pediu a demissão por ter sido votada favoravelmente pelo Parlamento uma disposição acerca da classe de sargentos, com a qual o militar afecto à *Seara* não estava de acordo.

Fosse como fosse, a participação de destacados seareiros no governo republicano, com quebra portanto duma independência partidária e ministerial que fazia o timbre dos homens que em 1921 tinham criado a revista, viera comprometer de modo definitivo o programa de acordo com os integralistas e, «a fortiori», a continuação da folha *Homens Livres*. O terceiro número, que devia surgir numa fase em que tanto Sérgio como Azevedo Gomes e Ribeiro de Carvalho já ocupavam posições oficiais, nunca chegou assim a sair. Foi o fim do próprio movimento *Homens Livres* e da sua folha ei-

vada de tão níveas quanto quiméricas boas vontades — que uma tentação ministerial e dois meses de ficção de Poder bastaram para fazer dispersar ao vento duro da História real. Dali em diante, ressaltando ligações de amizade pessoal entre alguns membros dos dois clãs intelectuais e políticos, nunca mais seareiros e integralistas vieram a colaborar lealmente: enquanto os da *Seara Nova* faziam de Cassandra trágicas diante do naufrágio iminente da República, os segundos conspiravam activa e infatigavelmente no escopo mais que claro de destruírem o regime democrático implantado em 1910. Tanto em 1925 como em 1926 e — já depois de caída a República parlamentar — em Agosto de 1927, os integralistas se agitaram para levar até à sua extrema consequência os seus manejos com vista ao definitivo derrube e apagamento de tudo quanto continuasse a evocar, mesmo que só perfunctoriamente ou como simples fórmula morta, uma República aliás esvaziada de conteúdo desde a conspiração triunfante de Braga.

Também não triunfariam — e só nisso voltariam a encontrar-se de novo alguns seareiros e integralistas mais puros, os primeiros por inquebrantável fidelidade à ideia democrática que a República, ainda que mal e espuriamente, apesar de tudo realizava; os segundos, que tinham com a sua porfiada obra de destruição das ideias e das instituições republicanas preparado o ascenso do Ditador ao mando supremo, por se manterem, ontológica e obstinadamente fiéis a uma Monarquia que Salazar tolerava na figura dos seus defensores e até na da sua encarnação neomiguelista estrangeira — o filho de D. Miguel nascera na Áustria e com o uniforme deste país se batera na guerra 14-18 contra Portugal, país cujo «trono» não obstante reclamava ... —, embora

fosse adiando para as Calendas gregas a sua suposta restauração. Só deste modo os autênticos seareiros e os veros integralistas puderam voltar a encontrar-se, mas como *vencidos* e não já como os tais *Homens livres* que os versos de Heredia diziam nietzschianamente independentes, nos cumes silenciosos e invioláveis. Estariam de novo juntos, homens como Sérgio, Lopes Vieira, Vieira de Almeida, Hipólito Raposo, mas na oposição ao regime da ditadura salazarista. E só nessa medida. Como vítimas da mesma burla, como servos da mesma opressão.

Teria sido de algum modo útil, estimulante ou fecunda no domínio das ideias a colaboração entre seareiros e integralistas? Não teria sido essa revista dos *Homens Livres* uma miragem, um erro de estratégia ⁽¹³⁾, sensível, por exemplo, nestas considerações de Sérgio expostas no editorial já referido: «Os melhores dos integralistas parecem-me presos a uma fórmula — laço superficial, se não fictício: porque são almas republicanas; e se nos confessarem admiração por um Mussolini e um Rivera, perguntar-lhes-emos a que está reduzido, nas mãos deles, a autoridade dos monarcas Vítor Manuel e Afonso XIII.» ⁽¹⁴⁾? Ilusões que o 28 de Maio mostraria até que ponto eram fatais para a causa democrática que os seareiros defendiam. Por outro lado, os que, do lado do Pelicano, se mostrariam recalcitrantes ao «Estado Novo» de Salazar (forma híbrida de casar o cadáver da República assassinada em 1926 com o espírito anti-republicano e fascizante dos que durante dezasseis anos a tinham combatido com armas ou meras penas na mão), esses mostrar-se-iam tão presos ao tal «laço superficial» monárquico que acabariam por romper com a Ditadura e, tal como nos casos dum Lopes Vieira, dum Hipólito Raposo ou dum Paiva Couceiro, estariam na oposição ao regime. Só assim se voltaria a

formar, no comum Egipto da opressão do doutor faraó, a convivência que dera origem, nos últimos anos da I República, ao grupo e à folha *Homens Livres*.

J. M.

(¹) Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, 1977, p. 364.

(²) Entre a existência do chamado «grupo da Biblioteca» e a criação do grupo dos «Homens Livres» propriamente dito situou-se o caso do conflito entre o maestro Francisco Lacerda e uma empresa teatral de Lisboa, aliás referido nos dois números da revista *Homens Livres* e motivo dum movimento de protesto que antecede de pouco o aparecimento da revista em causa: o incidente Lacerda deu-se em Novembro de 1923. David Ferreira, ao referir o caso, lembra que a criação de *Homens Livres* suscitou antagonismo interno na *Seara*, onde «sempre existiu uma corrente contrária aos Homens Livres», observando em seguida que o grupo «nem sequer chegou a definir quais os objectivos que pretendia atingir» (artigo «Seara Nova», in *Dicionário de História de Portugal*, III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971; p. 807).

(³) Prefaciando precisamente a segunda edição das memórias de um dos protagonistas do 18 de Abril de 1925 — o então tenente Jorge Botelho Moniz —, o monárquico e fascista Homem Cristo (Filho) escrevia em 1926 acerca de Afonso Costa — definitivamente fixado em Paris desde 1918, após uma prisão durante o sidonismo —: tendo fugido de Portugal «na hora do perigo, para trocar, já abarrotado de dinheiro, a perigosa situação de chefe político na brecha (...) pela cómoda situação de caixeiro em Paris, longe do perigo, do Banco Nacional Ultramarino, e de agente, ali, de todos os negócios» (pref. a *O 18 de Abril. Elementos para a História duma revolução vencida*, de J. Botelho Moniz. Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1926, 2.^a ed., 353 p. + erratas; pref. de H. Cristo Filho, pp. I-VIII; p. VI; itálicos do original), acrescentando que dali, daquele escritório parisiense, «que é ao mesmo tempo agência dos negócios mais infames da judiaria nacional e estrangeira» (p. VII), Costa governava contra a pátria, o que era um caso único de «degradação na história dum país degradado» (id.).

Sobre H. Cristo, veja-se o nosso estudo «Os Primeiros fascistas portugueses», in *Vértice*, n.º 400-401, Setembro-Outubro de 1977, pp. 591-659 (ilustr.). O ódio que Costa suscitava em Portugal pode ser medido ainda pelo que Fernando Pessoa uma vez escreveu contra ele (cf. o nosso artigo «O Eng.º Alvaro de Campos contra o Dr. Afonso Costa» in *O Jornal*, n.º 150, 17-2-1978) e pelo poema, que teve duas edições, *Afonseida*, de Octávio de Medeiros (Lisboa, Tipografia Rua Jardim do Regedor, 1927, 125 p., 2.ª ed.); no canto VI deste *poema herói-cómico* (sic), lê-se: «O Afonso é reclamado. / Caem governos; chamam-no; sorri. / Qualquer novo convite é rejeitado, / Disse adeus; foi de vez, não volta aqui! ...» (p. 109). E adiante: «Palrador, fez promessas de grandeza / Ao povo que deixou faminto e nu (...) / Tendo o sorriso amargo dos palhaços / Imita o Napoleão ... cruzando os braços!» (id.). O poema tem como epígrafe a célebre objurgatória que lhe lançou António José de Almeida por ocasião duma turva polémica: «Réu de crimes sem nome, será condenado para todo o sempre a trabalhos forçados nas galés da História!» (cf. o folheto *Uma pendência célebre*, Lisboa, Livraria Ventura Abrantes; 1914, 31 p.; p. 31).

(4) Raul Proença, artigo sobre Afonso Costa, no n.º 23 da *Seara Nova*, correspondente a Outubro-Novembro de 1923.

(5) Castelo Branco Chaves, um dos homens que se bateu em Monsanto em Janeiro de 1919, foi redactor do jornal *A Monarquia*, tendo seguido mais tarde Alfredo Pimenta quando este encabeçou a dissidência integralista da «Acção Realista» (1924-1927), ou seja, o grupo de integralistas que acatavam D. Manuel II como rei legítimo, recusando portanto obediência a D. Duarte Nuno. Assim, C. B. Chaves era monárquico integralista quando participou em *Homens Livres*. Mais tarde ainda, abandonou o Integralismo e passou para o grupo *Seara Nova*. O facto foi-lhe aliás censurado por Alfredo Pimenta, que em *A propósito de António Sardinha* (Lisboa, Edição do Autor, 1944, 67 p.) escreve: «Chamaram por mim, várias vezes, garotos e falhados. De uma vez até, no meio da refrega brava, não faltou quem fosse meter na mão do meu adversário, as expressões injuriosas que Sardinha tivera para comigo. O laiaio abjecto fora do Integralismo, passara pela Acção Realista e acabara por fundear na barraca da *Seara Nova* ...» (p. 50). Tratava-se de C. B. Chaves.

(6) O jornal *Pátria* era dirigido por Nuno Simões (1894-1975). A revista *Homens Livres*, sob a assinatura de A. S. — que significa António Sérgio e não António Sardinha — polémica aliás com este jornal a propósito do citado incidente entre Lacerda e a empresa de espectáculos «concertos Lassalle». No n.º 1, Raul Proença ocupa-se também do caso, no artigo «O Concerto do S. Luís ante os direitos da consciência e a dignidade nacional». Nele o ardente polemista anti-integralista diz que a «liberdade unilateral» é a dos «tiranos ou a dos escravos», pelo que ele se juntará aos seus adversários «sempre que tenha de enjeitar a desonrosa liberdade de se pensar apenas como eu penso». E o implacável inimigo do Pelicano, confessando-se «Republicano radical, ateu, de extrema-esquerda», saúda os seus adversários de ontem — e do dia seguinte ... — como seus «irmãos em Espírito». Num opúsculo dedicado a Proença, Câmara Reis observava que este fora, «numa ou noutra campanha, violento e apaixonado, mas nunca odiou ...» (*As questões morais e sociais na literatura, IV — Raul Proença*, Lisboa, Seara Nova, 1943, p. 235). E acrescentava estas estranhas palavras: «deixámos crucificar o Cristo da nossa geração. Renegamo-lo dúzias de vezes (...). Deixámo-lo crucificar, deixámo-lo morrer» (p. 231). Como se sabe, Proença morreu louco em 1941.

(7) Aquilino Ribeiro, *Camões, Camilo, Eça e Alguns Mais*, Lisboa, Bertrand, 1949, p. 293.

(8) A evolução ideológica de Afonso Lopes Vieira — cujas simpatias anarquistas foram por nós salientadas — pode ser resumida numa trajectória que vai desde o anarquismo finissecular (traduziu Kropotkine) ao Integralismo, ao nacional-sindicalismo e ao anti-salazarismo. Veja-se o nosso artigo «Afonso Lopes Vieira anarquista» in *Diário Popular* de 29-6-1978, excerto dum estudo inédito intitulado *Afonso Lopes Vieira ficcionista*. Note-se que Sérgio fora inicialmente monárquico: encontrando-se no quartel de marinheiros na madrugada de 4 de Outubro, quando o regimento foi investido por revolucionários republicanos, recusou-se a aderir à revolução, tendo sido detido juntamente com outros oficiais monárquicos. Sobre este episódio veja-se Joaquim Leitão, *O Diário dos Vencidos* (Porto, 1911; pp. 73-74). O primeiro-comandante daquela unidade onde Sérgio prestava serviço em Outubro de 1910, Carlos Pereira Viana, foi nesse mesmo lance ferido a tiro por um dos heróis

da revolução, Carlos da Maia — outra das vítimas da «noite sangrenta» de 1921. Sérgio, uma vez triunfante a revolução, exilar-se-ia mais tarde para o Brasil.

(9) Hipólito Raposo, *Folhas do meu Cadastro*, Lisboa, Edições Gama, 1945, pp. 234-235. Estas memórias, de que só saiu o primeiro volume, abarcam a vida política e literária do autor até ao 28 de Maio de 1926; tem especial interesse o que Raposo, cunhado de Pequito Rebelo — ainda vivo hoje, em 1978 — conta sobre a malograda revolta monárquica de Monsanto, em que ambos participaram.

(10) É de salientar que nem todos os colaboradores de *Homens Livres* eram especificamente seareiros ou integralistas. Muitos — e dos melhores — não tinham qualquer filiação grupal explícita, não sendo pois seareiros nem integralistas: António Arroio, Aurélio Quintanilha, Bourbon e Meneses, Celestino da Costa, Ferreira de Macedo, Gualdino Gomes, Jaime Magalhães Lima, Manuel da Silva Gaio, Reis Machado, Marck Athias, Francisco Lacerda, Vieira de Campos. Quanto a este último, preparava ele o seu concurso para os Negócios Estrangeiros na altura em que se criou o grupo dos *Homens Livres*, sendo depois diplomata de carreira; colaborou em jornais e revistas como *Diário de Lisboa*, *Lusitânia*, *Seara Nova*, etc.

(11) António Germano Ribeiro de Carvalho (n. em Chaves em 30-10-1889 e m. em Lisboa em 17-2-1967), oficial de Infantaria; aluno do Colégio Militar, concluiu o curso de Infantaria em 1909, foi promovido a alferes em Novembro de 1910, serviu depois em Moçambique, notabilizou-se como combatente durante a primeira guerra mundial; promovido a capitão em 1917, foi depois elevado ao posto de major, por distinção, no ano seguinte, sendo distinguido com diversas condecorações por bravura militar: *Military cross*, «Legião de Honra» francesa, etc.; participou no desfile da vitória, em Paris, em 14 de Julho de 1919, comandando nessa parada o destacamento português de Infantaria. No início desse ano combateu os insurrectos monárquicos do Norte, tendo-se distinguido nos combates travados na região de Vila Real, onde serviu aliás sob a orientação de seu pai, o então coronel Augusto César Ribeiro de Carvalho. Foi promovido depois a tenente-coronel, voltou a servir em África e fez parte do governo Alvaro de Castro, associado, como

no texto se analisa, ao grupo «Homens Livres». Deve no entanto acrescentar-se que Ribeiro de Carvalho, então major, não pertencia propriamente, nem viria a pertencer, ao grupo *Seara Nova* (cf. artigo «Seara Nova» de David Ferreira, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, pp. 805-810, *maxime* pp. 807-808), sendo mais um amigo do grupo de Sérgio e Proença do que um seareiro propriamente dito. Foi por Ribeiro de Carvalho ter abandonado o Governo que os dois seareiros que participavam no gabinete, segundo instruções da comissão política da *Seara Nova*, decidiram deixar também o ministério presidido por Álvaro de Castro. Note-se que, num comunicado distribuído então, a revista explicava que, apesar daquelas demissões, continuavam os seareiros a prestar a Álvaro de Castro o seu apoio enquanto aquele continuasse no seu caminho de «moralização administrativa e implacável defesa dos dinheiros públicos» (*apud* D. Ferreira, *op. cit.*, p. 808). Cerca de um ano depois, quando José Domingues dos Santos formou ministério, foi a pasta da Agricultura confiada a Ezequiel de Campos (1874-1965), um seareiro que haveria de aderir ao «Estado Novo» salazarista, tal como o seu camarada da *Seara* e de *Homens Livres*, Quirino de Jesus (1855-1935), o autor do *Nacionalismo português* (1932); estes dois seareiros publicaram precisamente no ano de grupo «Homens Livres» o livro *A Crise portuguesa* (1923). Pequito Rebelo haveria de combater com denodo o projecto de reforma agrária apresentada por Ezequiel de Campos ao Parlamento, em 1925, projecto que nunca chegou a ser aprovado. Por outras palavras, saldaram-se sempre dum modo negativo as tentativas seareiras de intervenção política, tanto em 1923 como depois. Só dois dos seus transfugas, Ezequiel e Quirino, estariam um dia no «poleiro», graças aliás ao triunfo da mais decidida reacção, com o regime saído do 28 de Maio de 1926. Voltando a Ribeiro de Carvalho: apesar de convidado para ministro por Gomes da Costa, não aceitou o convite, vindo a ser afastado da vida política com a instauração do regime saído daquele golpe onde alguns republicanos sinceros e monárquicos rabiosos se tinham aliado para completo logro dos primeiros. Ribeiro de Carvalho foi depois viver para Espanha, onde chegou a conspirar com integralistas igualmente desiludidos, entre os quais o «camisa azul» Monsaraz (cf. o nosso livro *Salazar e os Fascistas*, no prelo). Recusando a amnistia de 1950, veio de novo para Portugal, vivendo em larga medida das ajudas dos seus amigos, entre os quais avultava Sérgio; morreu louco em 1967.

Ribeiro de Carvalho deixou um pequeno mas valioso documento sobre o 28 de Maio: *Prelúdios duma Ditadura*, Lisboa, ed. do Autor, 1957. Conta Ribeiro de Carvalho aqui que, uma vez em conversa com o chefe triunfante da revolução de 1926, aludira a diversas forças políticas que o general Gomes da Costa nem suspeitava existirem, a avaliar pela sua surpresa: «— Os outros? Que outros? Ainda há outros?» (p. 64). A propósito de Carmona, diz Ribeiro de Carvalho que este general que surgiu no Governo a solicitação de Gomes da Costa, não tomara parte no 28 de Maio, tendo sido apenas incluído no grupo ministerial depois do encontro em Sacavém, ficando então como ministro dos Negócios Estrangeiros (3 de Junho de 1926) até ser substituído no governo seguinte por Nobre de Mello, a 7 de Julho. Três dias depois, Carmona afastava Gomes da Costa e presidia o seu primeiro ministério (9-7-1926), desempenhando interinamente as funções de Presidente da República; Sinel de Cordes fizera de Carmona presidente do ministério porque Carmona não tinha, como ele, posição monárquica tão visível como a do conspirador de 18 de Abril de 1925.

(12) Alvaro de Castro (1878-1928), advogado, militar e político, foi um dos mais activos conspiradores republicanos; deputado pela Constituinte, foi depois várias vezes ministro e chefe de governo (1920 e 1923). Foi também governador-geral de Moçambique (1915-1917); durante o sidonismo, esteve sempre preso ou escondido. Deixando o Partido Democrático, fundou em Abril de 1920 o Partido Reconstituente. Posteriormente, Alvaro de Castro entraria em 1923 para o então fundado Partido Nacionalista, o grupo onde militavam Ginestal Machado (seu chefe nominal) e Cunha Leal; este partido prolongava o dissolvido Partido Liberal de António Granjo e Barros Queirós. O grupo parlamentar chefiado por Alvaro de Castro cindiu-se do Partido Nacionalista, criando a «Acção Republicana», núcleo do Governo de 1923-1924.

(13) Para a melhor compreensão do grupo *Homens Livres* e da sua dissolução por via da participação dos seareiros no governo Alvaro de Castro, veja-se a revista *Seara Nova* desde Dezembro de 1923 a Fevereiro de 1924. Na sua *História da I República* (Lisboa, Terra Livre, 1976), Carlos Ferrão aprecia com severidade a «colaboração espúria» que *Homens Livres*

representou no tempo, comentando que ela «serviu de argumento aos inimigos da República para lançarem contra esta ataques virulentos, numa época em que o Integralismo e as suas teses fascizantes se aliavam aos elementos e partidos reaccionários para derrubar, pelas armas, o regime implantado em 1910.» (p. 165).

(14) No n.º 2, Sardinha respondia a Sérgio nestes termos:

«Chamou António Sérgio aos integralistas, ou, pelo menos, aos melhores dos integralistas (o que, para o caso, não é indiferente!) «almas republicanas». Não repelirei, por minha parte, a designação, desde que lhe precisemos o sentido. Já no seu tempo Bonald observava — e Bonald, doutor da Contra-Revolução, deve-nos ser insuspeito! —, que o que tornava o homem forte na sociedade era a mistura dos sentimentos de independência republicana com os princípios da fidelidade e da obediência monárquica. Em semelhante definição nos situamos nós, os integralistas, a quem António Sérgio se dirige.

Defensores, contra a centralização abusiva do Estado moderno, — ou seja ele de estrutura electiva, ou simplesmente monárquico-liberal, — daquele perdido localismo municipal, corporativo e provincialista, em que nasciam e se robusteciam as virtudes cívicas dos antigos cidadãos, o adjectivo «republicano» pode caber-nos, na verdade, logo que o restituamos ao sentido apontado.

Exprime até magnificamente o nosso protesto político perante o que são hoje as «repúblicas», como sistema de governo, — máquinas de burocracia congestiva, em que as oligarquias, tanto partidaristas como plutocráticas, asfixiam as livres iniciativas não só dos indivíduos, como da colectividade.

Numa sua passagem célebre, também Charles Maurras (de quem António Sérgio um pouco apaixonadamente nos tem como «escravos intelectuais») virá em auxílio da posição, aparentemente paradoxal, em que me coloquei, ao aceitar sem maior relutância, para os integralistas, o apelativo de «almas republicanas.» Diz Maurras com efeito, algures, que *«le mot république a un sens raisonnable: même après le rétablissement de la Monarchie, il pourra être conservé dans ce sens primitif que désignait l'étendue des affaires communes... En revanche, démocratie doit être rayé, banni et oublié, comme pur synonyme de dégénérescence, expression de la désorganisation et de*

l'émiettement, épave linguistique de ce que le régime de la république eut jadis de plus funeste. C'est la démocratie qui est l'élément anarchique de la république; c'est la démocratie qui est l'élément pernicieux du socialisme.»

Evidentemente que António Sérgio não concorda. Se concordasse, que alegria para nós e que reforço de alto talento para a causa nacional! Mas entendo, como António Sérgio entende, a necessidade que há, entre «homens livres», de delimitar responsabilidades e de fixar órbitas. Por mim, não pretendo outra coisa, para leal e justa compreensão daquilo que é lícito pedir-se-me e do ponto até onde é possível chegar-se, de modo que, atribuindo às palavras de António Sérgio a significação em que as recebo, sinto naturalmente que elas se me ajustam sem constrangimento.

Ponderará António Sérgio que no depoimento de Maurras passa uma ideia errada de democracia. Não o discutiremos agora! Mas, sem dúvida, António Sérgio concede que «democracia» para Charles Maurras e para todos os tradicionalistas vale como *individualismo*. Ora em combate franco ao individualismo na sua maior manifestação: — a Plutocracia, nos achamos aqui, neste reduto, dando as mãos fraternalmente, criaturas providas dos mais diversos sectores do pensamento humano, desde o senhor Raul Proença (saúdo com respeito o meu adversário!), impugnador incansável das verdades semeadas pelo *integralismo*, até ao meu reaccionarismo, cada vez mais justificado, mais consciente e mais indefectível. (...)

Na guerra ao que reputamos como inimigo comum, — a Plutocracia e o Partidarismo, — apenas nos cabe falar do que nos une e não do que nos separa (...). Exactamente porque os integralistas se têm como «almas republicanas» é que a instituição monárquica não é para eles um detalhe decorativo, ou episódio de museu (...)

Porque evita a queda e dispersão da soberania, (pertença exclusiva do Estado, que as democracias contemporâneas, vítimas do atomismo da sua natureza defeituosa, distribuem atribiliariamente pelas várias classes em que se pulverizam) é que na nossa desconjuntada Europa o recurso à ditadura se tornou o pão nosso de cada dia. O que é o recurso à ditadura, como garantia das liberdades públicas, — e não da Liberdade metafísica dos códigos! —, senão o apelo para a força coordenadora da Monarquia? Nada faria de positivo Primo de Rivera, preci-

pitando a Espanha na guerra civil, se não lhe acudisse como apoio legalizador o prestígio histórico da realeza. Republicano de origem e de doutrina, porque foi, senão por isso, que Mussolini confiou à Monarquia o destino e a viabilidade da sua acção governativa? De resto, já Mazzini, republicano como o actual *dux* do Fascismo, acabou por reconhecer nas instituições monárquicas o único agente capaz da unidade italiana (...)

Anima-nos o mesmo fogo sagrado contra a barbária dos tempos crescentes, — é nosso comum mandamento desafrontar o claro sorriso de Minerva das fumaradas insolentes de Vulcano. Chamaram por nós num brado de heróica mocidade. A esse brado respondemos, porque respondemos sempre a tudo que seja por Portugal e a que não falte o selo dignificador da inteligência. Demonstramos assim que não somos um *partido*. E se, como monárquicos, arde em nós o gosto sublime de *servir*, é *servindo* que as nossas «almas republicanas», segundo a lição de Bonald, oferecem ao país dividido um exemplo de necessária e fecunda conciliação. Que lhe aproveite, e se volva num título de maior e mais ampla justiça para com o *Integralismo!*» (António Sardinha, artigo «Almas Republicanas», n.º 2, pp. 6-7). E no final desse mesmo número, Sérgio tentava aplainar dificuldades, explicando-se numa coluna intitulada «Lapsos e mal-entendidos» da secção «Comentários»:

«Da rapidez com que foi escrito, composto e impresso o primeiro número desta revista resultaram lapsos e imperfeições, que nos indicaram pessoas amigas.

Talvez por defeito das nossas palavras, alguns leitores interpretaram como crítica aos Integralistas a designação, que se lhes deu, de «almas republicanas», bem como as frases que escrevemos sobre o fascismo e o riverismo.

É necessário, para evitar erros de interpretação, colocar essas frases e passagens na ideia geral do respectivo artigo, e na intenção que o inspirava.

O que pretendíamos mostrar eram as razões que poderia ter um republicano à nova moda, século XX, democrata *construtor*, de colaborar com um monárquico também novo ou século XX; e uma das razões é que, para esses republicanos, os melhores integralistas são «almas republicanas», *no sentido em que aqueles entendem esta última expressão*, isto é, de indivíduo que se devota apaixonadamente à *res publica* (e não sobretudo à *res privada*, como sucede aos «conservadores») e de estrênuo defensor das liberdades da nação. Que nós para

nós próprios os consideremos como tais, não nos parece que seja coisa com que algo tenham os Integralistas, desde que a designação, para quem a diz, é honrosa; e nada decerto me ofenderiam os mesmos Integralistas, se, como desforra, me chamassem a mim «alma monárquica», desde que designassem por estas palavras aquilo mesmo que dissemos, — isto é, o entusiasta da *res publica* e das liberdades nacionais. (...)» (A. Sérgio; p. 15).

Sardinha, escrevendo na *Nação Portuguesa* (n.º 1, 3.ª série, 1924), diria: «É a morte da Democracia a que assistimos, é a vitória da sinceridade e do desassombro na arte de governar. Consequentemente, para nós renovadores, tão elucidativo é o exemplo do fascismo, como o exemplo do bolchevismo.» E acrescentava: «Monarquia? República? Oh, a balbúrdia ignóbil dos mitos que nada exprimem!» (n.º citado, pp. 13 e 16). A revista onde Sardinha fazia estas observações era dirigida por um dos futuros artífices do golpe de 1926, o jornalista monárquico e fascizante Manuel Múrias (1900-1960), chefe da facção dissidente dos «camisas azuis» que abandonou Rolão Preto para acatar a chefia de Salazar (cf. o nosso *Salazar e os Fascistas*).

J. M.